



## Convergências Democráticas na América Latina

### *Paridade de gênero e raça em pauta*

*“Por que os temas da igualdade de gênero e raça na política ainda não fazem parte da agenda de transformação social do Brasil?”*

*E como as experiências dos países da região podem inspirar o Brasil nesta agenda?”<sup>1</sup>*

O Brasil segue figurando nas piores posições em todos os rankings mundiais no quesito igualdade de gênero. Segundo o Global Gender Gap Report 2022, do Fórum Econômico Mundial, a posição do Brasil piorou em relação ao levantamento de 2021, quando já não era nada animadora. Na 94<sup>a</sup> posição de 145 países de todo mundo e na penúltima posição diante dos 25 países da América Latina, os desafios para uma democracia forte e responsável diante da participação e dos direitos políticos e sociais das mulheres se avolumam.

A população brasileira é tão diversa quanto desigual e essas desigualdades estão refletidas no quadro da participação política e nos índices que nos levam às piores posições em todos os rankings sobre participação política de mulheres! **Conforme estudo<sup>2</sup> recentemente lançado pelo Instituto Alziras com a Oxfam Brasil, é preciso mais de um século (144 anos) para atingirmos a igualdade de gênero no executivo municipal no Brasil.**

Se é através da política que os caminhos para a superação das desigualdades podem ser traçados, é também na arena política que devemos aprofundar os mecanismos para a

---

<sup>1</sup> Essas perguntas foram norteadoras do Projeto Convergências Democráticas América Latina, impulsionado pelo Instituto Alziras.

<sup>2</sup> Acesse o estudo completo em:

<https://www.oxfam.org.br/justica-racial-e-de-genero/raca-e-genero/desigualdade-de-raca-e-genero-na-politica-brasileira/>



democratização do acesso das maiorias silenciadas: mulheres, população negra e povos originários.

O Instituto Alziras e mais 15 organizações brasileiras<sup>3</sup> acompanharam nos últimos dois anos as lições de três países latino americanos, prioritariamente (México, Bolívia e Chile) e a este movimento de aprendizado e intercâmbio rumo à paridade de gênero e raça na política se deu o nome **Convergências Democráticas América Latina!**

Por meio das lições compartilhadas pelas organizações latino americanas do Chile, México, Bolívia e também Colômbia, que constarão nos estudos e site do Convergências Democráticas América Latina, **para avançarmos na participação política de mulheres, população negra e indígena é preciso que consigamos no Brasil atingir o mínimo de 30 % de representação destes grupos nas cadeiras parlamentares no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas por todo o país!** Para tanto, é preciso admitir que **as políticas de incentivo à presença de mulheres na política necessitam avançar mais rapidamente.**

Abaixo listamos três lições centrais para a mudança que queremos ver na política e na democracia brasileira!

- 1) **É urgente que tenhamos ao menos 30% de mulheres ELEITAS nos parlamentos no Brasil!** Imposição do cumprimento das cotas por gênero em percentual não inferior a 30%, com destinação do FEFC em percentual proporcional às candidaturas por gênero e raça e estímulo à reserva de assento para mulheres. **Sem atingirmos uma massa crítica na política, nunca seremos um país com força para caminhar para a igualdade de gênero e raça em todos os espaços! Atingir 30 % de eleitas é o mínimo para impacto real na política nacional.**

---

<sup>3</sup> Organizações participantes da rede Convergências Democráticas: Instituto Alziras; A Tenda; Blogueiras Negras; CFEMEA; Gênero e Número; Internet Lab; Instituto Marielle Franco; Instituto Update; Mulheres Negras Decidem ; Observatório de Violência Política; Observatório feminista do nordeste; Oxfam; Pacto pela Democracia; Redeh; Transparência Eleitoral Brasil.



- 2) **Partidos têm papel central para ampliar e fortalecer a diversidade da participação política no país! Logo, é preciso que cumpram as leis!** É dever de todos os órgãos do sistema político e também dos partidos o cumprimento da legislação voltada para ampliar a participação política de mulheres e população negra. Contudo, conforme lições do México, apenas após as sanções impostas a eles pelo descumprimento das regras voltadas à participação política de mulheres que se atingiu, ao menos 30 % de mulheres eleitas no país citado. **Precisamos dos partidos juntos em prol da ampliação da participação política de mulheres!**
- 3) **Despatriarcalização da política - (*Chachawarmi*)** Este princípio constitucional e comunitário Boliviano contribuiu simbolicamente para reposicionar o masculino e o feminino como forças complementares e portanto, que precisam estar equilibradas em toda a sociedade (inclusive na política representativa). **Este princípio se direciona para um olhar público considerando toda a diversidade da sociedade e não somente a perspectiva dos homens!**

**Há uma demanda na sociedade brasileira por renovação na política e isso significa abrir espaço para que mais mulheres e pessoas negras e indígenas possam decidir sobre o futuro do país.**